

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E PLURALIDADE POLÍTICA EM CUBA: O CASO DO OBSERVATÓRIO CRÍTICO*

Alternative Communication and Political Plurality in Cuba: the Observatório Crítico Case

Comunicación Alternativa y Pluarlidad Política en Cuba: el caso del Observatorio Crítico

Alexei Padilla Herrera

Mestre em Comunicação Social pela UFMG, bolsista CNPq; Graduado em Comunicação Social pela Universidad de La Habana (2009)

E-mail: alex6ph@gmail.com

Elisa Beatriz Ramírez Hernández

Jornalista e pesquisadora com especialização na área do Jornalismo para o Desenvolvimento no Indian Institute of Mass Communication (IIMC) de Nova Delhi (2013); Formada em Jornalismo pela Universidad de La Habana (2011)

E-mail: elisabeatriz88@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social desta mesma instituição.

E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Resumo

Partindo das discussões conceituais acerca da comunicação alternativa feitas por estudiosos como Martín-Barbero e Luis Ramiro Beltrán, discutimos como a socialização da internet em Cuba tem favorecido o aparecimento de espaços que, no ambiente digital, contribuem para a visualização da pluralidade política existente na sociedade civil cubana atual. Apresentamos como os ativistas da *Red Protagónica Observatorio Crítico* (RPOC), aproveitam os recursos do ciberespaço para conferir visibilidade a suas ideias e iniciativas, combinando suas ações online com o ativismo social no espaço público.

Palavras-chave: Comunicação Alternativa. Sociedade civil. Internet. Observatorio Crítico. Cuba.

Abstract

Taking into account the conceptual discussions about alternative communication developed by scholars like Martin-Barbero and Luis Ramiro Beltrán, we discuss how the socialization of the Internet in Cuba has favored the emergence of spaces, that contribute to the visualization of existing political plurality in current Cuban civil society. Finally, we present how the activists of *Red Protagónica Observatorio Crítico* (RPOC), take advantage of cyberspace resources to give visibility to their ideas and proposals, combining their online activities with social activism in the public space.

Keywords: Alternative communication. Civil Society. Internet. Observatorio Crítico. Cuba.

Resumen

A partir de las discusiones conceptuales acerca de la comunicación alternativa de estudiosos como Martín-Barbero y Luis Ramiro Beltrán, discutimos cómo la socialización de Internet en Cuba ha favorecido la aparición de espacios que en el entorno digital, contribuyen a la visualización de la pluralidad política existente en la sociedad civil cubana actual. Seguidamente se muestra cómo los activistas de protagonista Red Observatorio Crítico (RPOC) aprovechan de los recursos del ciberespacio para visualizar sus ideas e iniciativas, combinando sus acciones en línea con el activismo social en el espacio público.

Palabras-clave: Comunicación alternativa. Sociedad civil. Internet. Observatorio Crítico. Cuba.

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Comunicação alternativa

O status epistemológico da comunicação alternativa continua sendo controverso. Corrales e Hernández (2009) apontam que a origem e a finalidade da comunicação alternativa são eminentemente práticas, ou seja, sua origem não está no terreno teórico, mas na *práxis* mesma, tanto dos movimentos sociais quanto das primeiras instituições de ajuda para o desenvolvimento.

Na década de 1960 as ditaduras cívico-militares e os governos autoritários chegaram ao poder na maioria dos países da América Latina. Acanda (2002) afirma que a crise das instituições estatais e dos partidos políticos tradicionais motivou o protagonismo dos movimentos populares de resistência contra a dominação. Nesse contexto, diversas organizações são identificadas como integrantes da sociedade civil, isto é, uma nova força para negociar com agentes do Estado e deles exigir menos repressão e mais espaços de diálogo, além de ações de responsabilidade social. Os setores camponeses, indígenas, as mulheres, as associações cristãs de base, operários e intelectuais ganharam força e visibilidade na esfera pública e se valeram da comunicação para reclamar seus direitos e expor suas demandas¹. A falta de acesso aos meios tradicionais fez com que esses coletivos procurassem seus próprios veículos de expressão e elaborassem ações comunicativas em decorrência de suas possibilidades, interesses e objetivos de luta. Essas expressões chamaram a atenção de diferentes estudiosos

Martín-Barbero (2002, p. 160) afirma que o que hoje são apresentados como “meios cidadãos” já estiveram na pauta das discussões sobre a comunicação popular e a comunicação alternativa. Ainda influenciada pelo enfoque *difusionista*, a abordagem da comunicação alternativa, como objeto de estudo, começou na década de 1980 por causa do interesse nos meios usados pela sociedade civil nas suas lutas contra os regimes autoritários. Algumas das primeiras aproximações teóricas foram realizadas pelos pesquisadores Beltrán (Bolívia), Díaz Bordenave (Paraguai), Kaplún (Uruguai) e Freire (Brasil). Eles contribuíram para a sistematização des-

sas experiências e, ao mesmo tempo, fizeram fortes críticas ao caráter verticalizado, economicista e etnocêntrico dos programas de extensão que então dominavam no continente. Isso marcou o surgimento do paradigma participativo, ou seja, o entendimento de que a emancipação e a autonomia não se constituem na total oposição ao Estado e às instituições, mas na tentativa de criar espaços de interlocução e formas de interseção marcadas pela justificação recíproca e pela busca por soluções mais justas para problemas coletivos (Corrales; Hernández, 2009).

Não é por acaso que, em julho de 1980, Martín-Barbero apresentou na Conferência da Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação (ALAIIC), em Bogotá, na Colômbia, um relatório intitulado *Retos a la investigación de comunicación en América Latina*. Nesse documento, que se converteria no roteiro dos estudos da área durante mais de uma década, se configuravam como campos estratégicos para pesquisa “a ordem ou estrutura internacional da informação, o desenvolvimento das tecnologias que integram as telecomunicações com a informática, a comunicação participativa, a alternativa e/ou popular” (Martín-Barbero, 1980, p. 10; 2002, p. 113, tradução nossa). Cinco anos depois, em *De los medios a las mediaciones*, o autor reconheceu que o abandono do “midia centrismo”, que por décadas dominou a pesquisa, foi consequência “das forças visíveis com as quais os movimentos sociais fazem as mediações” (Martín-Barbero, 1991 p. 233, tradução nossa).

No son únicamente los límites del modelo hegemónico los que nos han exigido cambiar de paradigma. Fueron los tercios hechos, los procesos sociales de América Latina, los que nos están cambiando el objeto de estudio a los investigadores de comunicación. Para percibir esto no hay más que ojear los títulos de seminarios y congresos latinoamericanos sobre comunicación en estos últimos cinco años y constatar la presencia obsesiva de los términos transnacionalización, democracia, cultura y movimiento popular (Martín-Barbero, 1991 p. 224).

Gumucio Dagron (2004) afirma que a comunicação para a mudança social foi considerada um conceito acadêmico relevante no final de década de 1990, quando os promotores da comunicação para o desenvolvimento propuseram essa definição. A intenção se afastava da matriz pós-colonial e econo-

¹ Nesse sentido, poderia afirmar-se que na América Latina a comunicação alternativa está ligada à luta dos povos pela democracia e a justiça social.

micista de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, estabelecia as bases para o novo século, apoiada em um paradigma que equilibrava o dialógico e o participativo, aliado a uma mudança ajustada às dinâmicas comunitárias. Nesse terreno observamos as contradições entre paradigmas de diferentes origens: de um lado o paradigma “modernizador” procedente do Norte desenvolvido²; e do outro lado o paradigma “participativo”, que sobrepõe a inclusão diante do determinismo tecnológico e propõe o uso dos meios de comunicação em prol do desenvolvimento dos povos (Beltrán, 1993).

Beltrán (1993) conseguiu juntar, dentro de uma definição, noções e conceitos que se referiam a um mesmo objeto:

La comunicación de desarrollo, en la cual se considera que los medios de comunicación, en esencia, tienen la capacidad de crear el ambiente para el cambio social. La comunicación de apoyo al desarrollo, la noción de que la comunicación es clave para llevar a cabo los proyectos de desarrollo, sea masiva o no. Y la comunicación alternativa para el desarrollo democrático, que significa la participación de la gente en los medios masivos o interpersonales, en busca de justicia social y equilibrio de informaciones y oportunidades para todos (Beltrán, 1993).

Moragas (1979 em Roselló, 2007, p. 20) considera que um projeto de comunicação é alternativo quando gera um novo modelo comunicativo, novos estilos e linguagem, quando foca o seu interesse nos aspectos da realidade social que são esquecidos ou marginalizados pelos meios hegemônicos. Ou seja, que entendem a comunicação como processo social alternativo.

[...] difiere en forma, función y contenido al proceso social propuesto por el sistema dominante, generalmente guiado por la relación del gobierno y los medios de comunicación tradicionales. El gran acierto de los medios alternativos es que nacen a partir de la visión de los propios individuos, aquellos que en su diario existir son partícipes de la realidad social. Es así como la comunicación alternativa se define como aquella no autoritaria que surge de la

necesidad de comunicar la realidad de la vida social (Corrales; Hernández, 2009, grifos nossos).

A presença das culturas populares em todo meio que se define como alternativo é defendida por Martín-Barbero (2002). Para ele, a comunicação será alternativa quando o processo e a forma dominante e normatizada da comunicação social são transformados para que as classes e os grupos dominados consigam falar e se tornar visíveis. Contudo, cabe lembrar que a existência em si de meios alternativos de comunicação não assegura mecanismos de participação política e interferência em processos decisórios mais amplos. Geralmente, as formas de participação possibilitadas por esses meios estão ligadas à politização do cotidiano dos sujeitos e grupos, que traduzem e enunciam suas experiências e lutas em narrativas e testemunhos a serem partilhados de modo a originarem identificações capazes de articular públicos em torno de problemas de injustiça. E são justamente essas articulações que dão início a esferas públicas no âmbito da sociedade civil.

Resgatando o legado do educador e comunicador popular Paulo Freire, Martín-Barbero reafirma que o alternativo se vincula mais à libertação da fala, da atividade e da criatividade popular, e não necessariamente ao alcance ou ao tipo de veículo utilizado (Martín-Barbero, 2002, p. 118, tradução nossa). Diante dessa perspectiva, a comunicação será alternativa

[...] si junto al lenguaje del medio se investigan también los códigos de percepción y reconocimiento, los dispositivos de enunciación de lo popular, códigos y dispositivos en los que se materializan y expresan, confundidos ya, la memoria popular y el imaginario de masa (Martín-Barbero, 2002, p. 121).

Martín-Barbero concorda com Vidal (1979) quando expressa que “o alternativo é popular ou se tornam brincos e/ou aparelhos de dominação” e agrega que, no modo alternativo de comunicação, o caráter popular possibilita a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas por e pelos grupos sociais da base (Vidal, 1979 em Martín-Barbero, 2002, p. 118).

² No final da década de 1950 surgiu a primeira abordagem acadêmica da comunicação para o desenvolvimento com a visão modernizadora de autores americanos Daniel Lerner (1958), Wilbur Schramm (1964) e Everett Rogers (1962.1969), que concentraram a atenção na difusão das inovações e das tecnologias.

Em decorrência da manutenção desses projetos, Chaguaceda (2011, p. 2) explica que, geralmente, eles não procuram financiamento ou suporte governamental ou comercial para funcionar. O autofinanciamento e as doações dos próprios gestores e públicos garantem o controle da agenda. São veículos promovidos por atores sociais que convivem dentro de regimes de censura, onde o acesso e a distribuição da informação podem ser controlados. Aliás, outra característica de um meio alternativo é a integração dos cidadãos que participam horizontalmente na produção social de comunicação. Esse pesquisador cubano conclui que os processos que constituem a comunicação alternativa organizada poderiam contribuir na formação de relações e práticas que fomentam espaços sociais não alienados pelos regimes e meios dominantes.

Os conceitos de comunicação participativa, alternativa e popular nem sempre são sinônimos. Martín-Barbero (2009) diferencia os meios de comunicação alternativos e os comunitários. Assegura que, além do tamanho do meio, o caráter alternativo está dado pelo confronto com os meios hegemônicos. Entretanto, o comunitário está ligado à democratização, pois, “no fundo, os alternativos sempre se guiaram pela vanguarda política e sempre foram pouco democráticos” (Martín-Barbero, 2009, p. 160). Esse posicionamento explica não só os significados que temos apresentado que são atribuídos à comunicação alternativa, mas às formas que esta assume na realidade.

Convergência digital

Há mais de 35 anos, Martín-Barbero (2002, p. 118) advertiu sobre o risco de exagerar sobre o papel em que as tecnologias (inclusive aquelas que oferecem possibilidades de interação) desempenham na configuração dos processos de comunicação. Mesmo que rejeite o determinismo tecnológico que propunha a “velha ilusão mcluhiana”, considerando o meio como o configurador do caráter alternativo da comunicação, que através dele se realiza, Martín-Barbero não nega a possibilidade de que “as alternativas de comunicação popular” também possam envolver os meios massivos.

As TICs, especialmente a Internet, implicam uma nova racionalidade prática e a materialização de um novo modelo de sociedade que nos obriga a analisar o peso que as tecno-

logias têm nela (Martín-Barbero, 2002, p. 116). O modelo de rede, ainda que várias ressalvas possam ser feitas à precariedade das ferramentas participativas disponíveis online, tem contribuído para a consolidação do paradigma participativo, transformando “o modo mecânico da comunicação à distância pelo modo eletrônico da interface de proximidade” (Martín-Barbero, 2014, p. 2). Aqui é importante lembrar que não se pode tomar o aumento de interação como sinônimo do aumento de participação, uma vez que grande parte das interações online é marcada pelo desrespeito, pela agressividade e pela resistência em considerar as opiniões dos outros, conferindo-lhes o status de interlocutores paritários. No ciberespaço, assistimos a uma multiplicação de iniciativas que se autodenominam alternativas. Na web 1.0 já estavam presentes diversas publicações e projetos que desafiam e, às vezes, conseguem concorrer com os meios tradicionais; a versão 2.0 trouxe uma interatividade que oferece melhores condições para experiências, como o chamado jornalismo cidadão. Por meio dele, os usuários se tornam produtores de conteúdos que se espalham pelos blogs, redes sociais, áudios, vídeos, imagens e textos. As grandes instituições midiáticas, antigamente protegidas pela “unidirecionalidade” do fluxo informacional, estabelecem relações horizontais com seus leitores, por meio de *chats*, espaços para comentários, etc. O mais significativo da revolução que a Internet provoca hoje não está na novidade das tecnologias, mas na configuração de um novo ecossistema comunicativo, “onde a tecnologia digital está configurando nossos modos de habitar o mundo e formas próprias de vínculos sociais” (Martín-Barbero, 2014, p. 24). Nesse ecossistema, a comunicação é a chave da transformação política. Novamente ressaltamos que nem toda comunicação que se estabelece em plataformas digitais que facilitam a interação pode ser benéfica à democracia: expressões de ódio, racismo, xenofobia e desprezo são recorrentes, o que estimula a polarização e o desentendimento.

A convergência digital tende a fazer com que as práticas comunicativas possam oferecer aos sujeitos lugares de fala capazes de permitir a construção de cenas de enunciação de suas demandas e pontos de vista. Essa transformação nas formas de enunciação coletiva converte voz em fala (na fala há o pressuposto da escuta e da consideração recíproca das opiniões dos interlocutores, o que é vital para a participação democrática) trazendo maior possibilidade de engajamento cívico dos

sujeitos não só pelas múltiplas formas que adota a oralidade, mas pela visibilidade política que traz consigo novas formas de cidadania (Martín-Barbero, 2009, p. 161). Nas mãos dos grupos “subalternos”, as TIC possibilitam a construção de uma comunicação contra-hegemônica (Martín-Barbero, 2011, p. III), mas, ao mesmo tempo, continuam sendo um terreno dominado por empresas privadas que têm a capacidade de monitorar e de censurar conteúdos, bloquear ou cancelar o acesso de determinados usuários. Trata-se de um espaço de perigos e incertezas, quase impossível de ignorar devido à sua penetração na maioria das instituições que conformam o sistema social, “mediatizando” suas lógicas e suas interações, como afirma Stig Hjarvard (2014).

Fernández (2007, p. 155) considera que os meios dos movimentos sociais na Internet se baseavam na democratização da comunicação e no direito das pessoas de se informarem. Também observou que, para esses coletivos, a comunicação tem uma intenção contra-hegemônica: a pluralidade, a liberdade de expressão, o resgate da memória coletiva e o respeito às diversas identidades e reivindicações. No entanto, o uso das TICs está mediado pela chamada *brecha digital*, que deve ser vista a partir de duas dimensões: a primeira em decorrência do acesso das pessoas às tecnologias e a segunda tem a ver com os modos de apropriação e utilização. O uso das possibilidades que a Internet oferece pode ser limitado pelas dificuldades derivadas de certo analfabetismo tecnológico (se o desconhecimento é total), ou por aquelas provocadas pela ausência, dentro dos sistemas de ensino, de disciplinas que propiciem a interação com as TICs. Outro obstáculo pode ser a linguagem utilizada nos conteúdos publicados nesse entorno, além de outras questões ligadas à *usabilidade*. Entre essas últimas, destacamos as assimetrias e desigualdades de acesso às informações. Muitas vezes não é a falta de conhecimento formal dos sujeitos que os impede de usar as informações ditas disponíveis online, mas a própria arquitetura e organização das informações, em uma complicada teia de acessos e atalhos, fazem com que os dados estejam disponíveis na rede mas, ao mesmo tempo, ocultos.

Sociedade civil e Internet em Cuba

As medidas econômicas adotadas pelo Governo cubano após a desintegração da União Soviética e o fortalecimento

do bloqueio/embargo dos Estados Unidos provocaram profundas mudanças no tecido social cubano.

González (2014, p. 119-120) estrutura a sociedade civil cubana atual em três blocos. No primeiro se encontraria a sociedade civil governista, conformada pelas redes associativas vinculadas ao governo cubano: os sindicatos, as organizações de massas e as organizações sociais e profissionais (que funcionam como correias de transmissão entre o Partido Comunista e a sociedade), bem como as universidades, os centros de pesquisa e as instituições culturais. O segundo bloco corresponderia à sociedade civil oposicionista que, por causa do alto grau de politização presente na suas ações e do confronto direto como o Governo, faz com que em algumas ocasiões seja qualificada como uma sociedade política opositora. Finalmente, a sociedade civil não oposicionista, integrada por redes associativas de caráter religioso, coletivos que lutam pelo fim da discriminação contra os negros, a defesa dos direitos da comunidade LGTB, pela proteção do meio ambiente ou contra o uso de transgênicos na agricultura. Também existem inúmeros projetos culturais e/ou comunitários, publicações digitais e impressas que não só acompanham o processo de reformas econômicas, iniciado por Raúl Castro em 2011, mas fazem propostas e questionamentos acerca de assuntos da economia, a política e a cultura. Muitos desses projetos funcionam na beira das instituições oficiais e outros não têm nenhum vínculo institucional com o Estado cubano.

Haroldo Dilla (2014) denomina “acompanhamento crítico consentido” (ACC) as ações desenvolvidas nos espaços semi-autônomos onde intelectuais e ativistas criticam as políticas oficiais e as suas consequências, mas sem a finalidade de mudar o governo. Podem surgir como resultado de políticas deliberadas ou pela falta de políticas que promovam o debate, e operam tanto no território nacional, quanto na emigração cubano pelo mundo. Isto não significa uma democratização, mas o surgimento de espaços menos controlados, evidenciando o trânsito de um regime com características totalitaristas para um regime autoritário. Esses espaços críticos serão compatíveis sempre que cumpram com algumas regras e não proponham uma convocatória pública desproporcionada, e são iniciativas submetidas a pressões e constrangimentos se não existe um “pacto de conveniência” que obrigue a classe política a aceitar as críticas.

Não obstante, a expressão dessa diversidade não se reflete nos meios de comunicação pública que, agrupados no Instituto Cubano de Radio e Televisão (ICRT), constituem um monopólio³ subordinado ao Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista. Esses veículos (portavozes da trindade Partido-Estado-Governo) se caracterizam pela escassez de conteúdos que representam a diversidade e pluralidade existente na sociedade cubana atual. Os espaços oficiais e semi-oficiais para o debate de temas de interesse público e a troca de ideias ainda são poucos e a imprensa não acompanha esses encontros.

A partir de 2006 alguns desses projetos ganharam mais visibilidade e dinamismo devido, dentre outros fatores : a um incremento do acesso a Internet; à consolidação de redes alternativas para a distribuição de informação e de consumo cultural; a reativação do debate público (motivado pelo próprio presidente Raúl Castro) e a configuração de micro-esferas públicas (ainda muito vigiadas e de acesso restrito) para esse debate acontecer. Esse cenário tem motivado o desenvolvimento de agendas e iniciativas que não buscam o confronto com o governo cubano, mas a construção de articulações.

No entanto, Cuba é um dos países do mundo com menor índice de pessoas conectadas à Internet. Segundo a *Oficina Nacional de Estadísticas e Información de Cuba*, em 2013 só 26% da população tinha acesso à rede mundial. Esse número inclui o acesso à intranet nacional, que só oferece serviço de correio eletrônico e a consulta dos sites hospedados em servidores cubanos (Díaz; González, 2015). Recio (2013, p. 296) assegura que não se trata de Internet *full access* para todos os casos, nem de usuários que usam a rede constantemente ou sempre que eles o desejem ou precisem⁴.

Contudo, 2015 foi um ano de mudanças significativas. Segundos dados divulgados pela Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A. (ETECSA) em dezembro desse mesmo ano já existiam mais de 700 espaços de acesso a Internet, dentro deles, 339 salas de navegação (Diario de Cuba, 2016) e 35

zonas wifi em praças públicas de vários municípios do país (Guevara, 2015). Em janeiro de 2016 foi anunciada a abertura de 100 salas e mais 80 zonas wifi (Diario de Cuba, 2016). Em março desse mesmo ano, a empresa Google inaugurou seu primeiro centro tecnológico em parceria com o artista plástico Alexis Leyva (apelidado Kcho). Sediado no estúdio do pintor e escultor, o centro oferece acesso gratuito e conta com velocidade superior ao restante das conexões habilitadas pela ETECSA (Domínguez, 2016, EFE, 2016).

A socialização das TIC em Cuba vem diversificando exponencialmente o acesso do público à informação. Multiplicaram-se as vias formais e informais de circulação de notícias, proliferou-se uma vigorosa blogosfera partilhada entre numerosos setores e as redes sociais (Garcés, 2013) e tem favorecido o aparecimento/visibilização de novos lugares de fala e de sujeitos políticos, além da visibilidade de outros que não obtinham espaço na mídia. Hoje, observamos uma maior circulação de discursos gerados na periferia da esfera pública política, contudo, a interação dos cubanos com as TIC em geral e com a Internet em particular tem contribuído para diminuir a eficácia simbólica do monopólio informativo estatal (Chaguaceda, 2011; Hoffman, 2011; Marreiro, 2014). O ciberespaço tem tornado visíveis temas que permaneciam no âmbito privado ou dentro de espaços públicos com acesso restrito. Blogs, revistas virtuais e redes sociais são indicadores da pluralidade de pontos de vista e demandas presente na sociedade cubana contemporânea, e vai além dos debates entre blogueiros governistas, opositores e críticos, fato que vem configurando uma esfera pública virtual.

Díaz e Geoffray (2013 *apud* Henken, 2014, p. 3) afirmam que desde que muitas dessas vozes críticas isoladas começaram usar as tecnologias da informação e a comunicação para superar os obstáculos e iniciaram a configuração de uma esfera pública mais ramificada e integrada. Segundo Henken e Voort (2014, p. 3), a maioria dos blogueiros cubanos habita num espaço transnacional complexo. Isto ocorre, dentre outras razões, porque muitos dos blogs contam com servidores, administradores, webmasters, tradutores, inclusive financiadores, localizados fora de Cuba. Os leitores, comentadores e críticos desses blogs também se encontram no exterior.

3 Entre 1959 e 1961, a totalidade da mídia privada foi nacionalizada.

4 A socialização da Internet em Cuba está condicionada pelas dificuldades econômicas que em decorrência do bloqueio/embargo dos Estados Unidos (que dificultam a compra de tecnologias e a conexão aos cabos operados por empresas estadunidenses que passam perto a Ilha), de outras questões ligadas à segurança nacional, receios sobre o potencial das TIC para a subversão e falta de uma política regulatória articulada (RECIO, 2013).

Comunicação alternativa no contexto cubano

No contexto cubano atual, a alternatividade está dada pela interação de um projeto comunicacional determinado dentro do universo de relações sociais, políticas e institucionais que o confronta com os meios dominantes. “Esse confronto não se limita a questões discursivas, mas propõe novas formas de organização e gestão, de estrutura e de programação”, gerando uma “comunidade gestora baseada em laços de solidariedade e compromisso mútuos” (Hernández; Chaguaceda 2013, tradução nossa). Em Cuba, podemos identificar veículos digitais com essas características, um deles é o blog da Red Protagónica Observatorio Crítico (RPOC).

Fundada em 2003 por um grupo de jovens intelectuais, a *Cátedra de Pensamiento Crítico y Culturas Emergentes «Haydée Santamaría»* (KHS) foi responsável pela gênese da RPOC. Esse projeto autônomo (sem apoio institucional) promovia o debate sobre temas da realidade nacional e internacional que eram pouco ou nada abordados nos espaços públicos oficiais. Após operar na informalidade entre 2005 e 2009, a KHS se vinculou à *Asociación Hermanos Saíz* (AHS)⁵. Com o auspício da AHS, a Cátedra organizou encontros nacionais sobre pensamento político, social e cultural, identificados como Observatorio Crítico (OC). Em 2009, durante o terceiro desses encontros, os participantes acordaram em criar a Red Protagónica Observatorio Crítico (RPOC) como plataforma de coordenação entre os projetos que integravam o OC (Negrete, 2015). Tratava-se uma nova proposta com uma potência de emancipação, dentro do panorama político cultural cubano. A igualdade e o protagonismo compartilhado são os principais valores da RPOC (CLACSO, 2010). Como qualquer rede, a estrutura não era hierarquizada e prevaleceram as relações e práticas comunicativas horizontais. Nessa experiência concretizam-se alguns dos pressupostos do campo da comunicação alternativa apresentados na primeira parte desse texto.

A RPOC é um projeto autogestionado que, dentro de um contexto autoritário, defende sua autonomia, a definição da sua identidade e de uma agenda fora das estruturas formais do Estado, do Partido e das empresas. Nesse sentido, assemelha-se ao modo de organização e sustentação de muitos mo-

vimentos sociais. Eles entendem a autogestão como a capacidade de gerar recursos para sua manutenção (Chaguaceda, 2015). Além de articular os coletivos, a RPOC se insere em outros espaços comunicativos como uma proposta que gera um posicionamento crítico em relação ao discurso oficial e ao discurso oposicionista, mas sem renunciar à defesa do socialismo a partir bases teóricas e ações práticas próprias. A RPOC é responsável por um boletim-resumo que é enviado por correio eletrônico, meio imprescindível considerando-se as limitações do acesso à Internet.

Em 2011, o coletivo decidiu abrir um blog para aproveitar as vantagens da plataforma *Wordpress.com*. Nessa plataforma, são publicados textos que narram as ações realizadas pelos projetos que integram a Rede, com análises e comentários sobre a situação do país em âmbitos econômico, político e social. Sem comprometer a rigorosidade dos compromissos, os autores (geralmente intelectuais) falam do lugar de um cidadão que sofre as mesmas dificuldades e incertezas. O blog é uma ferramenta cujo atrativo principal, segundo Chaguaceda (2015), “era oferecer visibilidade para um grupo de jovens que estava pensando por conta própria desde a esquerda, mas fora do discurso oficial”. A RPOC também tem um perfil na rede social *Facebook*⁶.

A pluralidade de vozes coloca em tensão as pretensões totalizadoras da categoria *povo*. Ainda que continue presente no discurso político oficial, termos como “sociedade civil” e “cidadania” começam ser os mais usados nas discussões organizadas por instituições, publicações acadêmicas e até no discurso oficial. Rompendo com a tradicional homogeneidade, Negrete (2015) afirma que o *blog* não procura ser uma representação da sociedade cubana em geral, mas de um grupo que se identifica com um discurso, que propõe um projeto cultural e político próprio. Mesmo assim, é um espaço de “portas abertas”, com uma política editorial transparente, que pode ser consultada pelas pessoas que desejem colaborar enviando conteúdos. De fato, os blogs não só publicam os textos produzidos pelos integrantes da Rede, é possível também ler outros autores e encontrar links que levam a sites de outros autores e grupos. Negrete acrescenta que uma das regras do blog é não publicar textos de direita que promovam o liberalismo econômico, mas sim que produzam debates en-

⁵ A AHS é uma organização oficial cubana que agrupa jovens que se desenvolvem no âmbito das artes, das letras e da pesquisa sociocultural.

⁶ Disponível em: < <https://goo.gl/1DCTWv> >.

tre integrantes do Observatório e outros atores sociais, sejam estes governistas ou oposicionistas.

Apesar de não ter acesso a estudos de recepção nem a estatísticas do blog, Chaguaceda (2015) afirma que houve momentos nos quais o site recebeu muitas visitas, em que foram publicados muitos *posts* e houve maior visibilidade. Reconhece que, ainda que sem números concretos, se percebe uma diminuição das visitas e se repetem os mesmos autores. Segundo ele, o baixo acesso à Internet que tem a população cubana é um dos fatores que limitam o conhecimento sobre o ativismo que a Rede realiza.

O RPOC é conhecido nas comunidades e espaços onde intervém e numa parte do âmbito intelectual, mas é pouco perceptível para aquelas pessoas que não têm acesso a fontes de informação alternativas às tradicionais. Outro fator importante é a fragmentação entre as esferas públicas em Cuba, devido à falta de canais de comunicação entre a população em si mesma, e entre os intelectuais e a população em geral. Trata-se, acrescenta Chaguaceda (2015), de um espaço público mediado quase que completamente pelo Estado.

Outra questão que, a nosso ver, poderia estar estimulando o interesse dos leitores pelo blog, além do tom acadêmico e de alguns textos, é a baixa presença de conteúdos multimídia. Ainda que o discurso crítico tenha atraído o interesse e os comentários de alguns leitores, o blog deverá chamar a atenção do crescente número de cubanos que se conectarão a Internet durante os próximos anos.

Diferentemente de outras iniciativas, o ambiente virtual não é o principal espaço de ativismo para os integrantes do RPOC, mas sim intervenções em comunidades, ações de saneamento ambiental, debates públicos e encontros como a Jornada “Primavera Libertaria de La Habana”.⁷ Sobre a Jornada, Castillo (2015 em Díaz, 2015) considera que esse evento permite estabelecer vínculos com pessoas que formam parte de outros setores e que podem ser proveitosos para o trabalho social. Negrete (2015) lembra outras iniciativas, como a presença de integrantes da RPOC em praças públicas para distribuir livros digitais em discos compactos.

7 É “un espacio abierto a procesos y dinámicas antiautoritarias y anticapitalistas, que tributen a formas de sociabilidad y de conciencia basadas en la horizontalidad, el aprendizaje mutuo y la responsabilidad” (TORRES, 2015). Disponível em: <<http://goo.gl/3tpSwG>>. Acesso em: 24/05/2015.

Outras ações que procuram a valorização da cultura popular, especialmente do legado de origem africana, os resgates de praças e monumentos que estavam em desuso, etc. (Chaguaceda, 2015). Os integrantes da RPOC também colaboram com outros projetos alternativos como o jornal digital *Havana Times*, a revista católica *Espacio Laical* e os debates organizados pela revista semioficial *Temas*. Alguns de seus membros fazem parte tanto das redes e equipes de instituições regionais, como do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais e da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (CLACSO, 2010). O ano 2013 foi de grande ativismo. A RPOC acompanhou o processo de consulta ao povo que antecedeu a votação na Assembleia Nacional do novo Código de Trabalho e Previdência Social, organizando um debate independente dos convocados pelo Governo e coordenado pela Central de Trabalhadores de Cuba (CTC)⁸.

Em 29 de setembro de 2013, a Rede realizou um debate aberto, em uma praça localizada no centro de Havana⁹. Após o encontro, foi publicada uma declaração¹⁰ que rejeitou o projeto governista e exigia que fosse feita, entre outras questões, a inclusão da regulação do direito de greve (inexistente em Cuba) e de lutar por melhorias salariais. A partir das discussões elaborou-se um documento propositivo¹¹ que foi entregue ao diretório nacional da CTC (Prieto; Díaz, 2014, p. 43-44) em 15 de outubro de 2013, dois meses antes do debate no parlamento. Segundo o blogueiro Yohan Duany, a central sindical cubana nunca respondeu às propostas do OC (Duany, 2015).

8 Díaz e Prieto (2013) afirmaram que o conteúdo da nova legislação trabalhista favorecia a exploração dos trabalhadores reduzindo o poder deles e dos sindicatos e agregou que “estas posibilidades son actualmente el objeto de la nuestra más intensa campaña de crítica y denuncia, como puede encontrarse en nuestras recientes publicaciones y como hacemos público en todos los espacios que se ponen a nuestro alcance”.

9 Consultar: Observatorio Crítico de Cuba debate Código de trabajo públicamente. In: *Havana Times*. Disponível em: <<http://goo.gl/EosRVI>>. Acesso em: 24/05/2015.

10 Consultar: Rechazo público a proyecto de restauración capitalista. Disponível em: <<http://goo.gl/Y9Nqy6>>. Acesso em: 24/05/2015.

11 Consultar: Observatorio Crítico entrega a la CTC nacional consideraciones sobre Anteproyecto de Código Laboral. Disponível em: <<http://goo.gl/FTXtyu>>.

Considerações finais

Na década de 1980, a comunicação alternativa foi considerada como um campo estratégico. Os estudos sobre o tema na América Latina começaram a partir de um paradigma próprio. O termo tem sido associado à democratização, à mudança social e ao desenvolvimento. Martín-Barbero (2009) assegura que a comunicação é alternativa quando se opõe às mídias e práticas hegemônicas e, ao mesmo tempo, é popular. Fugindo do determinismo tecnológico, observamos o papel desempenhado pelas TIC no aparecimento/visibilização de novas subjetividades, cenários políticos e formas de ativismo que demonstram a pluralidade presente na sociedade cubana contemporânea. A RPOC nos ajuda a compreender como se manifestam na prática alguns dos tópicos presentes em algumas das discussões teóricas que tentamos resumir nesse artigo. Por meio da internet, esse coletivo e outros coletivos desafiam o monopólio midiático estatal, contribuem para a visibilidade dos novos atores e discursos e na configuração de uma rede esferas para o debate público em Cuba. Diferentemente de outros coletivos, o Observatório Crítico vai mais além do âmbito virtual e realiza intervenções em comunidades e outros espaços sociais. Para eles o ativismo virtual nas redes não é mais importante que o ativismo real.

Embora esta tenha sido uma abordagem preliminar, esperamos, com este trabalho, ter contribuído com a compreensão sobre a comunicação alternativa como um foco de resistência e de dissenso em contextos como o de Cuba ou da maioria dos países da América Latina, onde o autoritarismo adquire outros matizes, às vezes menos perceptíveis.

Referências

- BELTRÁN, L. R. (1993). La comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: un recuento de medio siglo. Documento presentado en el III Congreso Panamericano de la comunicación. Disponível em: < <https://goo.gl/phB6bx> >. Acesso em: 03/05/2015.
- CHAGUACEDA, A. (2011). Medios y esfera(s) pública(s) en Cuba: entre los malestares y los sueños. Revista Espacio Laical. No.147 Octubre.
- CHAGUACEDA, A. (2015). Entrevista concedida aos autores.
- CLACSO (2010). Observatorio Crítico: red de proyectos y colectivos para la reflexión y transformación social en Cuba. Disponível em: < <http://goo.gl/y8WFOA> > Acesso em: 24/04/2015.
- CORRALES, F.; HERNÁNDEZ, H. G. (2009). La comunicación alternativa en nuestros días: un acercamiento a los medios de la alternancia y la participación. Disponível em: < <http://goo.gl/3mbwzK> >. Acesso em: 10/07/2013.
- DE MORAGAS, M. (1979). Sociología de la comunicación de masas. Barcelona: Gustavo Gili (Primera edición).
- DIARIO DE CUBA. (2016). ETECSA dice que abrirá otras cien salas de navegación por internet e instalará 80 puntos WiFi. Diario de Cuba, 5 de febrero. Disponível em: < <http://bit.ly/1NHRHol> >. Acesso em: 29/04/2016.
- DÍAZ, R; PRIETO, D. (2013). Rechazo público a proyecto de restauración capitalista. In: Blog Observatorio Crítico. Disponível em: < <http://goo.gl/gSpd9I> >. Acesso em: 24/06/2015.
- DÍAZ, I. (2011) ¿Qué es el observatorio crítico?, Havana Times. Disponível em: < <http://goo.gl/lw2LMz> > Acesso em: 24/04/2015.
- _____. (2015). Segunda Jornada Primavera Libertaria de La Habana. Havana Times, Febrero 16. Disponível em: < <http://goo.gl/Bg3SCj> >. Acesso em: 24/06/2015.
- DOMÍNGUEZ, L.E. (2016). Google + Kcho.Mor = navegación, arte y estudio. Cubadebate, 29 de marzo. Disponível em < <http://bit.ly/1YX2XoY> >. Acesso em: 29/04/2016.
- DILLA, H. (2014). ¿Una oposición leal en Cuba? Havana Times. Disponível em: < <http://bit.ly/1mhilHP> >. Acesso em: 26/01/2016.
- DUANY, Y. (2015). Entrevista concedida aos autores.
- EFE. (2016). Google abre en Cuba su primer centro tecnológico en el estudio del artista Kcho. Disponível em: < <http://bit.ly/1RzWYjI> >. Acesso em: 29/04/2016.
- ESCOSTEGUY, D. (2001). Cartografias dos estudos culturais. Belo Horizonte: Autêntica.

FERNÁNDEZ, M. (2007). La Reimaginación comunicativa: síntomas de la emergencia de un Sujeto en red. Tesis de licenciatura. Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana.

GARCÉS, R. (2013). La prensa cubana, en la encrucijada, Cubahora. Disponível em: <<http://goo.gl/XIRiCR>>. Acesso em: 3/03/2015.

GONZÁLEZ, L. (2014). Notas (breves y dispersas) en torno a la sociedade civil en Cuba. In: Espacio Laical. Proyecto del Centro Cultural Padre Félix Varela, Número Especial, Año 10 No 2, pp. 118-121.

GUEVARA, Y. (2015). Wifi en el ambiente. Diario Juventud Rebelde, 17 de junio. Disponível em: <<http://bit.ly/1XZdfNU>> Acesso em: 29/04/2016.

HENKEN, T; VOORT, S van de. (2014). From Cyberspace to Public Space? The Emergent Blogosphere and Cuban Civil Society. BRENNER, P; JIMÉNEZ, M; KIRK, J; LEOGRANDE, W. Chapter 7, pp. 196-209. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers Forthcoming, July.

HERNÁNDEZ, I; CHAGUACEDA, A. (2013). La comunicación alternativa y los medios comunitarios en Nicaragua: la experiencia del colectivo Agentes de Cambio. Revista Quorum Académico, 10 (1).. pp. 63-86.

HOFFMAN, B. (2014). Civil Society 2.0? How the Internet Changes State-Society Relations in Authoritarian Regimes: The Case of Cuba. GIGA Working Papers, no. 156, January. Disponível em: <<http://goo.gl/HmMghL>>. Acesso em: 2/12/2014.

HJARVARD, S. (2014). Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. In: Matrizes V. 8 – NOI jan/ jun. São Paulo.

MARTÍN-BARBERO, J. (1991). De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía (2 da edición). Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.

_____. (1980). Retos de a la investigación de comunicación en América Latina. Disponível em: <<http://bit.ly/1MjHuYL>>. Acesso em: 10/02/2014.

_____. Diversidade em convergência. (2014). In: Revista Matrizes, V. 8 - Nº 2 jul./dez. São Paulo – Brasil.

_____. (2009). Uma aventura epistemológica. Entrevista concedida a Maria Immacolata Vassallo de Lopes. In: Revista Matrizes, Ano 2 – nº 2 primeiro semestre.

_____. (2002). Ofício de cartógrafo. Travesias latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Fondo de Cultura Económica. México D.F.

_____. (2011). HOPENHAYN, M.; SOJO, A (coord). Sentido de pertenencia en sociedades fragmentadas. Cap. 4, p. 115-128. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

MARREIRO, F. (2014). Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro. Reuters Institute for the Study of Journalism. University of Oxford. Disponível em: <<http://goo.gl/jDbU7n>>. Acesso em: 2/12/2014.

NEGRETE, K. (2015). Entrevista concedida aos autores.

PRIETO, D; DÍAZ, I. (2014). Las reformas cubanas: imaginarios, contestaciones y miradas críticas. In: Revista OSAL. Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Año XIV Nº 36 / publicación semestral / Diciembre. Disponível em: <<http://goo.gl/nhdvIv>>. Acesso em: 24/04/2015.

RECIO, M. (2013). La hora de los desconectados. In: Crítica y emancipación. Año VI Nº 11 Primer Semestre. Disponível em: <<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.

ROCHA, S. M; LOPES, L. (2013). Gênero televisivo como mediação: possibilidades metodológicas para análise cultural da televisão. In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós, Brasília, v.15, n.1, jan./abr..

ROSELLÓ, T. (2007). Universidades al aire. Una propuesta participativa para la Televisión Universitaria Cubana. Tesis en opción del Máster en Desarrollo Social Caribeño. FLACSO-Universidad de La Habana.